ISSN: 2358-8829

Gestão escolar e formação docente na Educação de Jovens e Adultos: lacunas históricas, desafios contemporâneos e possibilidades institucionais

Rilma Leda Macário [1]
Romero Nunes da Silva [2]

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora reconhecida como direito humano fundamental e assegurada por marcos legais nacionais e internacionais, permanece historicamente marcada por processos de marginalização e precarização institucional. Este artigo tem como objetivo analisar a articulação entre gestão escolar e formação docente na consolidação de práticas pedagógicas emancipatórias na EJA, com foco no protagonismo da gestão escolar frente às lacunas históricas, aos desafios contemporâneos e às possibilidades institucionais de inclusão e permanência. Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, fundamentado em revisão bibliográfica e análise de documentos normativos, com centralidade no referencial da Educação Popular e da pedagogia freireana. O estudo apoia-se no referencial teórico de autores como Paulo Freire, Miguel González Arroyo, Vitor Henrique Paro e José Carlos Libâneo, que discutem a educação como prática política, a centralidade da gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico. Argumenta-se que a efetividade da EJA não depende apenas da atuação individual do professor, mas do protagonismo da gestão escolar na organização do Projeto Político-Pedagógico, do currículo, da formação continuada e das condições de permanência dos estudantes. Conclui-se que o fortalecimento da EJA exige uma gestão comprometida com a inclusão, a justiça social e a aprendizagem ao longo da vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Gestão Escolar. Formação Docente. Currículo. Educação Popular.

Abstract

Adult and Youth Education (EJA), although recognized as a fundamental human right and guaranteed by national and international legal frameworks, remains historically marked by processes of marginalization and institutional precarity. This article aims to analyze the articulation between school management and teacher training in the consolidation of emancipatory pedagogical practices in EJA, focusing on the leading role of school management in the face of historical gaps, contemporary challenges, and institutional possibilities for inclusion and permanence. This is a theoretical-reflective study, based on a literature review and analysis of normative documents, with a focus on the framework of Popular Education and Freirean pedagogy. The study is theoretically grounded in the contributions of authors such as Paulo Freire, Miguel González Arroyo, Vitor Henrique Paro, and José Carlos Libâneo, who discuss education as a political practice, the centrality of school management, and the organization of pedagogical work. It argues that the effectiveness of EJA depends not only on the individual performance of the teacher, but also on the leading role of school management in the organization of the Political-Pedagogical Project, the curriculum, continuing education, and the conditions for student retention. It concludes that strengthening EJA requires management committed to inclusion, social justice, and lifelong learning.

Keywords: Youth and Adult Education. School Management. Teacher Training. Curriculum. Popular Education.

[1] Doutoranda do Curso em Ciências da Educação da Univesid Autonóma de Asuncíon- UAA, rilmaleda@email.com;
[2] Doutorando do Curso em Ciências da Educação da Univesid Autonóma de Asuncíon- UAA, romeroliberatol@hotmail.com.

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como modalidade da Educação Básica destinada a sujeitos que não tiveram acesso ou permanência na escolarização em idade própria (Brasil, 1988; Brasil, 1996). Apesar de sua relevância social, a EJA historicamente ocupou um lugar periférico nas políticas educacionais e na organização das escolas, sendo frequentemente tratada como ação compensatória e residual. Essa condição reflete-se na precarização de espaços físicos, na organização de turmas em horários desfavoráveis, na ausência de currículos específicos e na limitada atenção da gestão escolar.

Do ponto de vista legal, a EJA é assegurada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e por documentos internacionais como a Declaração de Incheon da UNESCO, que reafirma a aprendizagem ao longo da vida como direito humano (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2000; UNESCO, 2016; Gentili, 2011). No entanto, a distância entre o reconhecimento normativo e a efetivação prática da EJA nas escolas evidencia lacunas estruturais que demandam análise crítica.

Nesse contexto, torna-se imprescindível problematizar o papel da gestão escolar na consolidação da EJA como política pública de inclusão, conforme discutem Paro (2012), ao analisar a gestão escolar como prática política, Libâneo (2013), ao destacar a centralidade da gestão pedagógica na organização do trabalho escolar, e Arroyo (2017), ao evidenciar que a efetivação de políticas educacionais voltadas a sujeitos historicamente excluídos depende de decisões institucionais que ultrapassam a ação individual do docente. Jovens, adultos e idosos que retornam à escola carregam trajetórias marcadas por exclusão social, experiências escolares interrompidas e múltiplas responsabilidades, o que exige respostas institucionais diferenciadas. Assim, discutir a EJA implica analisar a articulação entre gestão escolar, currículo e formação docente, compreendendo a escola como espaço de disputa de projetos educativos, conforme argumentam Arroyo (2017), ao tratar o currículo como território em disputa, Paro (2012), ao conceber a escola como espaço político permeado por interesses e projetos distintos, e Freire (1987), ao afirmar que toda prática educativa expressa uma opção ética, política e pedagógica.

2 justificativa

A Educação de Jovens e Adultos permanece historicamente marcada por processos de invisibilização no interior das políticas educacionais e, de modo particular, no âmbito da gestão escolar. Embora assegurada legalmente como direito subjetivo, a

EJA ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que comprometem sua efetividade, tais como a precarização dos espaços físicos, a ausência de planejamento pedagógico específico e a fragilidade das ações de acompanhamento e permanência dos estudantes (Haddad; Di Pierro, 2000; Brasil, 2000).

Do ponto de vista histórico, a gestão escolar nem sempre assumiu a EJA como prioridade no projeto institucional, tratando-a, muitas vezes, como oferta residual, voltada apenas ao cumprimento formal da legislação. Essa postura contribuiu para a reprodução de práticas escolares descontextualizadas, currículos reduzidos e ausência de estratégias de acolhimento aos sujeitos jovens, adultos e idosos que retornam à escola após trajetórias marcadas por exclusão e fracasso escolar (Arroyo, 2017; Paro, 2012).

A literatura especializada aponta que a qualidade da EJA está diretamente relacionada à atuação da gestão escolar, especialmente no que se refere à organização do trabalho pedagógico, à construção do Projeto Político-Pedagógico e à promoção de uma gestão democrática e participativa (Libâneo, 2013). Quando a gestão assume papel proativo, cria condições institucionais para que a escola responda às especificidades da modalidade, favorecendo a permanência, o êxito escolar e a inclusão social dos educandos.

Justifica-se, portanto, a relevância deste estudo por contribuir com o debate acadêmico sobre a centralidade da gestão escolar na efetivação da EJA, evidenciando lacunas históricas e apontando possibilidades de práticas gestoras exitosas. Ao articular fundamentos teóricos, marcos legais e reflexões sobre a prática institucional, o artigo busca oferecer subsídios para gestores, professores e pesquisadores comprometidos com a construção de uma EJA socialmente referenciada, capaz de promover aprendizagens significativas e ampliar oportunidades de participação social e cidadã (Freire, 1987; UNESCO, 2016).

3 Objetivos

3.1 Objetivo geral

Analisar a articulação entre gestão escolar e formação docente na consolidação de práticas pedagógicas emancipatórias na Educação de Jovens e Adultos.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar lacunas históricas da atuação da gestão escolar na EJA;
- Discutir os desafios contemporâneos da formação inicial e continuada de professores da EJA;

- Analisar o papel da gestão escolar na organização do Projeto Político-Pedagógico e do currículo da EJA;
- Apontar possibilidades institucionais para o fortalecimento da EJA como política pública de inclusão e permanência.

4 Formação docente na Educação de Jovens e Adultos: contribuições da Educação Popular

A formação docente na Educação de Jovens e Adultos historicamente esteve à margem dos currículos das licenciaturas, refletindo a própria condição periférica atribuída à modalidade nas políticas educacionais brasileiras. Para compreender essa lacuna, faz-se necessário contextualizar a EJA a partir de suas raízes na Educação Popular, especialmente nas experiências desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX.

A Educação Popular, fortemente influenciada pelo pensamento de Paulo Freire, compreende a educação como prática política, dialógica e emancipatória, voltada à leitura crítica da realidade e à transformação social. Como afirma Freire (1987, p. 96), "a educação é um ato político, nunca neutro, pois implica uma escolha entre projetos de sociedade". Nesse contexto, o círculo de cultura emerge como estratégia pedagógica central, fundamentada no diálogo, na problematização da realidade vivida e na valorização dos saberes dos sujeitos (Freire, 1967; Freire, 1987).

Os círculos de cultura, desenvolvidos inicialmente em experiências de alfabetização de adultos, romperam com modelos tradicionais e bancários de ensino, ao reconhecer os educandos como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Essa concepção influenciou profundamente a EJA, ao propor práticas pedagógicas ancoradas na realidade social, cultural e laboral dos jovens e adultos (Gadotti, 2013).

No entanto, apesar da relevância histórica e teórica da Educação Popular para a EJA, a formação inicial de professores pouco incorporou esses referenciais, resultando em práticas pedagógicas muitas vezes descontextualizadas e pouco sensíveis às especificidades dos sujeitos da modalidade. Ventura (2010) destaca que a ausência de disciplinas específicas sobre EJA e Educação Popular nas licenciaturas contribui para a fragilidade da atuação docente.

Nesse cenário, a formação continuada assume papel estratégico, especialmente quando promovida no interior das escolas, sob mediação da gestão escolar. A articulação entre formação docente, Educação Popular e práticas dialógicas possibilita a ressignificação do trabalho pedagógico na EJA, favorecendo processos educativos mais inclusivos e emancipatórios (Arroyo, 2017).

A contextualização histórica da formação docente a partir da Educação Popular e dos círculos de cultura evidencia que práticas pedagógicas emancipatórias na EJA dependem de processos formativos consistentes, articulados às trajetórias dos educandos e mediados por uma gestão escolar comprometida com a inclusão e a justiça social.

5 A atuação da gestão escolar na valorização e efetivação da EJA

A reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos exige reconhecer que a efetivação da modalidade ultrapassa a atuação isolada do professor em sala de aula, demandando uma ação institucional intencional, coordenada e comprometida por parte da gestão escolar. Essa compreensão é amplamente sustentada por estudos no campo da gestão educacional crítica, que concebem a gestão como dimensão pedagógica, política e administrativa indissociável do projeto educativo da escola (Paro, 2012; Libâneo, 2013; Lück, 2009). A gestão exerce papel estratégico ao criar condições pedagógicas, administrativas e políticas que possibilitam o reconhecimento da EJA como parte constitutiva do projeto educativo da escola.

Nesse sentido, a atuação da gestão escolar torna-se fundamental para que a EJA deixe de ocupar um lugar marginal e passe a ser percebida como modalidade legítima, dotada de identidade própria. Paro (2012) ressalta que a gestão escolar, enquanto prática política, influencia diretamente as prioridades institucionais e as condições concretas de funcionamento da escola, afirmando que “a administração escolar não é neutra, pois expressa opções políticas que incidem diretamente sobre o tipo de educação que se realiza” (Paro, 2012, p. 25). Quando a gestão não assume a EJA como prioridade, a modalidade tende a reproduzir práticas improvisadas e desarticuladas.

A gestão escolar também é responsável por articular o trabalho coletivo dos professores, favorecendo espaços de planejamento, reflexão e formação continuada. Libâneo (2013) destaca que a qualidade do trabalho pedagógico está diretamente relacionada à capacidade da gestão de organizar o trabalho escolar de forma colaborativa, garantindo coerência entre objetivos, currículo e práticas pedagógicas. No contexto da EJA, essa articulação é ainda mais necessária, considerando a heterogeneidade dos sujeitos atendidos.

Outro aspecto central da atuação da gestão refere-se à mediação entre políticas públicas e o cotidiano escolar. Arroyo (2017) afirma que políticas educacionais voltadas a sujeitos historicamente excluídos só se concretizam quando traduzidas em práticas institucionais. Cabe à gestão interpretar diretrizes, normativas e programas, adequando-os à realidade da EJA e garantindo que não se reduzam a ações formais e descontextualizadas.

Além disso, a gestão escolar exerce papel decisivo na construção de uma cultura institucional de acolhimento, respeito e valorização dos educandos da EJA. Estratégias de permanência, acompanhamento pedagógico e diálogo com a comunidade dependem diretamente de decisões gestoras que reconheçam os estudantes jovens, adultos e idosos como sujeitos de direitos e portadores de saberes.

Assim, a reflexão sobre a atuação da gestão escolar evidencia que sua importância não se limita à dimensão administrativa, mas se estende à condução pedagógica e política da escola, conforme defende Paro (2012), ao compreender a gestão como prática política orientada por projetos educativos, e Libâneo (2013), ao afirmar que a gestão pedagógica é condição para a qualidade social da educação. Ao assumir protagonismo na organização do trabalho educativo, a gestão contribui para a consolidação da EJA como política pública de inclusão, articulando-se aos princípios da gestão democrática, do currículo integrado e da formação docente discutidos nos capítulos anteriores.

A análise da atuação da gestão escolar demonstra que o reconhecimento da EJA como modalidade educativa de qualidade depende de decisões institucionais conscientes e comprometidas. A gestão, ao criar condições para o trabalho coletivo, para a formação docente e para a permanência dos estudantes, reafirma seu papel central na efetivação do direito à educação.

6 Gestão escolar na EJA: lacunas históricas e possibilidades institucionais

6.1 Gestão democrática e EJA

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), configura-se como princípio fundamental para a organização da escola pública. No contexto da EJA, a gestão democrática assume relevância ainda maior, uma vez que os sujeitos atendidos trazem trajetórias de exclusão social e educacional que demandam processos decisórios participativos e sensíveis às suas realidades (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

Paro (2012) compreende a gestão democrática como prática política orientada pela participação efetiva da comunidade escolar na definição dos rumos da instituição. Essa perspectiva rompe com modelos burocráticos de administração e possibilita que a EJA seja reconhecida como parte constitutiva do projeto da escola. Libâneo (2013) reforça que a gestão democrática está diretamente associada à qualidade social da educação, pois articula decisões administrativas e pedagógicas em favor da aprendizagem dos estudantes.

6.2 Projeto Político-Pedagógico e institucionalização da EJA

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) representa o principal instrumento de materialização das intenções educativas da escola. Sua elaboração e implementação refletem concepções de educação, currículo e sujeito. Quando a EJA é negligenciada ou tratada superficialmente no PPP, evidencia-se a ausência de compromisso institucional com a modalidade (Arroyo, 2017).

Cabe à gestão escolar garantir que a EJA esteja explicitamente contemplada no PPP, considerando suas especificidades pedagógicas, seus tempos e seus sujeitos. Veiga (2004) destaca que o PPP deve ser construído coletivamente, assumindo caráter político e emancipatório. Nesse sentido, a inserção da EJA no PPP fortalece sua legitimidade institucional e contribui para a construção de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da inclusão e da justiça social.

6.3 Currículo e currículo integrado na EJA

O currículo da EJA historicamente foi marcado por reduções e adaptações do currículo do ensino regular, desconsiderando as experiências, saberes e necessidades dos educandos jovens, adultos e idosos. Arroyo (2017) argumenta que o currículo é território em disputa, no qual se confrontam diferentes projetos educativos. No caso da EJA, essa disputa se manifesta na tensão entre propostas aligeiradas e concepções emancipadoras de educação.

O currículo integrado emerge como possibilidade de superação dessa lógica fragmentada, ao articular conhecimentos científicos, saberes do trabalho e experiências de vida dos educandos. A gestão escolar exerce papel central nesse processo, ao criar condições institucionais para o planejamento coletivo, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos (Libâneo, 2013).

A ampliação da análise evidencia que a gestão democrática, o fortalecimento do PPP e a construção de um currículo integrado constituem pilares fundamentais para a efetivação da EJA como política pública de inclusão. Ao assumir protagonismo pedagógico e político, a gestão escolar contribui para a permanência, o êxito e a emancipação dos sujeitos da EJA, articulando-se às reflexões finais deste estudo.

7 Considerações finais

À luz dos objetivos propostos neste estudo, que buscaram analisar a articulação entre gestão escolar e formação docente na consolidação de práticas pedagógicas emancipatórias na Educação de Jovens e Adultos, A análise desenvolvida ao longo deste artigo reafirma que a Educação de Jovens e Adultos não pode ser compreendida como modalidade residual ou compensatória, mas como política pública de inclusão e de garantia do direito humano à educação ao longo da vida. Apesar dos avanços legais e

normativos que asseguram a EJA no ordenamento jurídico brasileiro e em documentos internacionais, persistem lacunas históricas em sua efetivação, especialmente no que se refere à atuação da gestão escolar e ao lugar que a modalidade ocupa no interior das instituições educativas.

Os dados teóricos e normativos discutidos evidenciam que a marginalização histórica da EJA não se explica apenas por limitações estruturais ou financeiras, mas também por escolhas institucionais e políticas que, ao longo do tempo, relegaram a modalidade a um plano secundário. Nesse cenário, a gestão escolar assume papel decisivo, uma vez que suas decisões influenciam diretamente a organização do trabalho pedagógico, a alocação de recursos, a valorização da formação docente e a construção de estratégias de permanência e êxito dos estudantes.

Ao articular fundamentos da Educação Popular, da pedagogia freireana, da formação docente e da gestão escolar crítica, o estudo evidencia que práticas pedagógicas emancipatórias na EJA dependem de condições institucionais intencionalmente construídas pela gestão. Essas condições se materializam no fortalecimento do Projeto Político-Pedagógico, na construção de currículos integrados e contextualizados, na promoção da gestão democrática e na criação de espaços permanentes de formação continuada dos professores. Tais elementos, quando articulados, contribuem para que a escola reconheça os jovens, adultos e idosos como sujeitos de direitos, portadores de saberes e protagonistas de seus processos formativos.

Nesse sentido, concorda-se com Gentili (2011) ao afirmar que as políticas educacionais só se concretizam quando assumidas como projeto coletivo no interior das instituições escolares. A EJA, portanto, não se efetiva apenas por força da legislação, mas pela ação consciente e comprometida dos sujeitos que constroem o cotidiano escolar, com destaque para a gestão enquanto instância mediadora entre políticas públicas e práticas pedagógicas.

Conclui-se que a consolidação da EJA como política pública de inclusão requer uma gestão escolar que assuma protagonismo pedagógico e político, capaz de articular sujeitos, saberes e projetos educativos em uma perspectiva democrática e emancipatória. Fortalecer a gestão na EJA não é apenas uma exigência administrativa, mas um compromisso ético e social com a justiça educacional, com a redução das desigualdades e com o direito à educação de jovens, adultos e idosos. Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para o aprofundamento do debate acadêmico e inspirem práticas gestoras comprometidas com a construção de uma EJA socialmente referenciada e efetivamente transformadora.

Referências

Arroyo, Miguel González. *Currículo, território em disputa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Brasil. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2000.

Freire, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Gadotti, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Gentili, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Haddad, Sérgio; Di Pierro, Maria Clara. Educação de jovens e adultos: o campo e seus desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 74, p. 5–27, 2000.

Libâneo, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Lück, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Paro, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

UNESCO. *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the Implementation of Sustainable Development Goal 4*. Paris: UNESCO, 2016.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2004.

Ventura, Jaqueline. A educação de jovens e adultos e a formação de professores. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 55–70, 2010.